TC 010.599/2016-9

Tomada de Contas Especial

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada por determinação de Vossa Excelência, a partir de despacho proferido no TC 016.156/2015-3 (cópia à peça 1 destes autos), que tratou de TCE originalmente autuada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contra as Sr^{as}. Eleonor Cunha de Oliveira e Maria Cícera da Silva Brito, ex-técnicas administrativas do INSS, lotadas na Agência da Previdência Social em Castanhal/PA à época dos fatos, em razão de prejuízo ao erário oriundo da reativação ilegal de benefícios mediante inserção fraudulenta de dados no sistema de informática da Previdência Social.

2. Nesta TCE, a de nº 2 de um total de doze oriundas do TC 016.156/2015-3 (peça 2, p. 20), foi realizada a citação das mencionadas ex-servidoras do INSS (demissão às peças 1, p. 66-68 e 70; e 6, p. 79, do referido processo), em solidariedade com a Sra. Ana Maria de Brito, recebedora, de modo fraudulento, dos benefícios do INSS nº 095.711.171-1 e 092.976.134-0, na condição de procuradora, no período compreendido entre 4/12/1998 e 20/5/2002.

3. Após analisar as alegações de defesa apresentadas pelas três responsáveis (instrução à peça 32 e manifestação do diretor da 2ª Diretoria Técnica e do titular da unidade técnica às peças 33 e 34, respectivamente), a Secretaria de Controle Externo no Pará (Secex/PA) sugeriu: a rejeição das defesas; o julgamento pela irregularidade das contas e a consequente imputação de débito. Por verificar a prescrição da pretensão punitiva, não houve proposta de sanção por parte da unidade instrutiva.

4. Concordo com a proposta da Secex/PA.

5. As alegações de defesa constantes dos autos – com textos semelhantes, o que demonstra que houve interação entre as responsáveis citadas nos autos –, conforme exame realizado pela Secex/PA, devem ser rejeitadas. Não houve qualquer intenção das defendentes de negar a fraude ou de apresentar elementos aptos a descaracterizá-la, tendo todas se limitado a indicar a suposta falta de capacidade financeira para arcar com o débito que vier a ser formalizado pelo Tribunal, via acórdão.

6. Não cabe à Corte de Contas realizar análise sobre o peso de suas condenações na vida financeira de responsáveis que venham a ter suas contas julgadas irregulares, com imputação de débito, que é a situação que se aproxima das Sr^{as}. Eleonor de Oliveira, Maria Cícera Brito e Ana Maria de Brito. As ex-servidoras do INSS, bem como a procuradora beneficiária dos pagamentos indevidos, podem requerer, oportunamente, nos termos do art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas. Alegações de dificuldades financeiras podem, ainda, ser por elas apresentadas em juízo, na fase de execução, que refoge à competência deste Tribunal.

7. Não havendo nos autos elementos capazes de afastar a atuação de má-fé das responsáveis, suas contas devem ser julgadas irregulares, com imputação de débito.

8. Cabe, ainda, avaliar a possibilidade de aplicação de multa, decorrente da oportuna imposição de débito, às duas ex-servidoras do INSS e à procuradora que se beneficiou da fraude perpetrada contra o Instituto, bem como de imputação de outras sanções que poderiam incidir sobre o caso sob exame (inabilitação prevista no art. 60 da Lei 8.443/1992, por exemplo).

9. No âmbito do TCU, havia divergência jurisprudencial quanto à aplicação do instituto da prescrição da pretensão punitiva. Essa discussão dizia respeito tanto ao prazo prescricional, quanto ao termo inicial e às eventuais causas de interrupção.
10. A fim de dirimir a divergência, foi suscitado incidente de uniformização de jurisprudência nos autos dos TC 007.822/2005-4 e 011.101/2003-6, o que levou à constituição do TC 030.926/2015-7.
11. O TC 030.926/2015-7 foi apreciado na sessão extraordinária de 8/6/2016, por meio do Acórdão 1.441/2016, ocasião em que o Plenário do TCU, por cinco votos a três – tese vencedora do Ministro-Revisor Walton Alencar Rodrigues –, deixou assente orientação no sentido de que: o prazo da prescrição da pretensão punitiva é aquele definido pelo art. 205 do Código Civil, sendo, portanto, decenal; a contagem deve ser iniciada na data da ocorrência da irregularidade, na forma do art. 189 do Código Civil; deve ser admitida a interrupção da prescrição pelo ato que ordena a citação, a audiência ou a oitiva efetivadas pela Corte de Contas; uma vez interrompida a prescrição, ela recomeça a correr na data em que for ordenada a citação, a audiência ou a oitiva; a prescrição deve ser suspensa nas hipóteses indicadas no subitem 9.1.5 do julgado; a prescrição deve ser aferida, independentemente de alegação da parte, quando presente a intenção de aplicar as sanções previstas na Lei 8.443/1992; e o entendimento firmado deve ser adotado, indistintamente, nos processos pendentes de decisão de mérito ou de apreciação de recurso por parte do TCU.
12. Considerando, pois, que a jurisprudência da Corte de Contas foi pacificada com base no entendimento construído no referido Acórdão 1.441/2016-TCU-Plenário, entendo superada, no momento, a discussão sobre a matéria. Dessa forma, em respeito ao disposto no subitem 9.1.7 dessa deliberação, passo ao exame do caso concreto.
13. As irregularidades têm como data de ocorrência o período de **4/12/1998 a 20/5/2002**, quando os benefícios foram pagos de modo irregular.
14. O ato que ordenou as citações das responsáveis está datado de **6/4/2016** (despacho de Vossa Excelência à peça 1).
15. Logo, seguindo a contagem prevista no art. 205 do Código Civil e o entendimento constante do subitem 9.1.1 do Acórdão 1.441/2016-TCU-Plenário, já havia transcorrido mais de dez anos desde a última ocorrência irregular até a data em que foram autorizadas as citações nos autos. Não há mais, portanto, em vista da incidência da **prescrição da pretensão punitiva**, como aplicar sanção às responsáveis arroladas nesta TCE, conforme indicado pela Secex/PA.
16. Diante do exposto, este membro do Ministério Público de Contas reitera sua concordância com a proposta da unidade técnica.

(assinado eletronicamente)

Sérgio Ricardo Costa Caribé
Procurador